



EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA SERRA DOS TAPES, RIO GRANDE DO SUL

EVOLUTION AND DIFFERENTIATION OF AGRARIAN SYSTEMS IN SERRA DOS TAPES, RIO GRANDE DO SUL

Gabriela Rodrigues Gois

Pontificia Universidad Católica de Chile

gabriela.grg@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo reconstituir a evolução e diferenciação dos sistemas agrários identificados na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. Para tanto, apoia-se no referencial teórico e metodológico de sistemas agrários, o qual proporcionou as ferramentas adequadas para compreender as transformações históricas e geográficas nas formas de ocupação e exploração agrícola no recorte espacial estudado, desde os seus primeiros habitantes até o contexto atual. Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa consistiram em trabalhos de campo realizados na Serra dos Tapes, entrevistas com os moradores antigos e revisões bibliográficas sobre a referida região. Foram identificados, em totalidade, cinco sistemas agrários: Sistema Agrário Indígena (até 1780); Sistema Agrário Quilombola (1780 – 1858); Sistema Agrário Colonial (1858 – 1900); Sistema Agrário Contemporâneo I (1900 – 1960) e Sistema Agrário Contemporâneo II (1960 – até os dias atuais). Entre os eventos que marcaram a transição entre um sistema agrário e outro, destacam-se a ingerência portuguesa sobre a região sul do estado, durante os séculos XVIII e XIX, os processos de urbanização e industrialização dos municípios de Pelotas e Rio Grande, assim como processo de modernização da agricultura, marcada pela Revolução Verde.

Palavras-chave: Serra dos Tapes; Teoria dos Sistemas Agrários; Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários.

ABSTRACT

This paper aims to reconstitute the evolution and differentiation of the agrarian systems identified in Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. Therefore, laid on the theoretical and methodological reference of agrarian systems, which provided the adequate tools to grasping the historical and the geographical transformations in the forms of occupation and agricultural exploitation in the studied area, since its first inhabitants until the current time. The present research methodological procedures consist of field works executed in Serra dos Tapes, interviews with ancient residents and bibliographical review about mentioned region. Were identified five agrarian systems: Indigenous Agrarian System (until 1780); Quilombola Agrarian System (1780-1858); Colonial Agrarian System (1858 - 1900); Contemporary Agrarian System I (1900 - 1960) and Contemporary Agrarian System II (1960 - until nowadays). Among the events that defined the transition between one agrarian system and another, highlights the portuguese interference on state's south region, during XVIII and XIX centuries, Pelotas and Rio Grande's urbanization and industrialization processes, as well as agriculture modernization process, highlited by Green Revolution.

Keywords: Serra dos Tapes; Agrarian Systems Theory; Evolution and Differentiation of Agrarian Systems.

1 - Introdução

O presente texto apresenta um estudo sobre as transformações históricas e geográficas das agriculturas praticadas sobre a Serra dos Tapes, no estado do Rio Grande do Sul, à luz da abordagem sistêmica (BERTALANFFY, 1975; MORIN, 1977). Em outros termos, tem-se como objetivo compreender a evolução e diferenciação dos sistemas agrários identificados na referida região (MAZOYER e ROUDART, 2010).

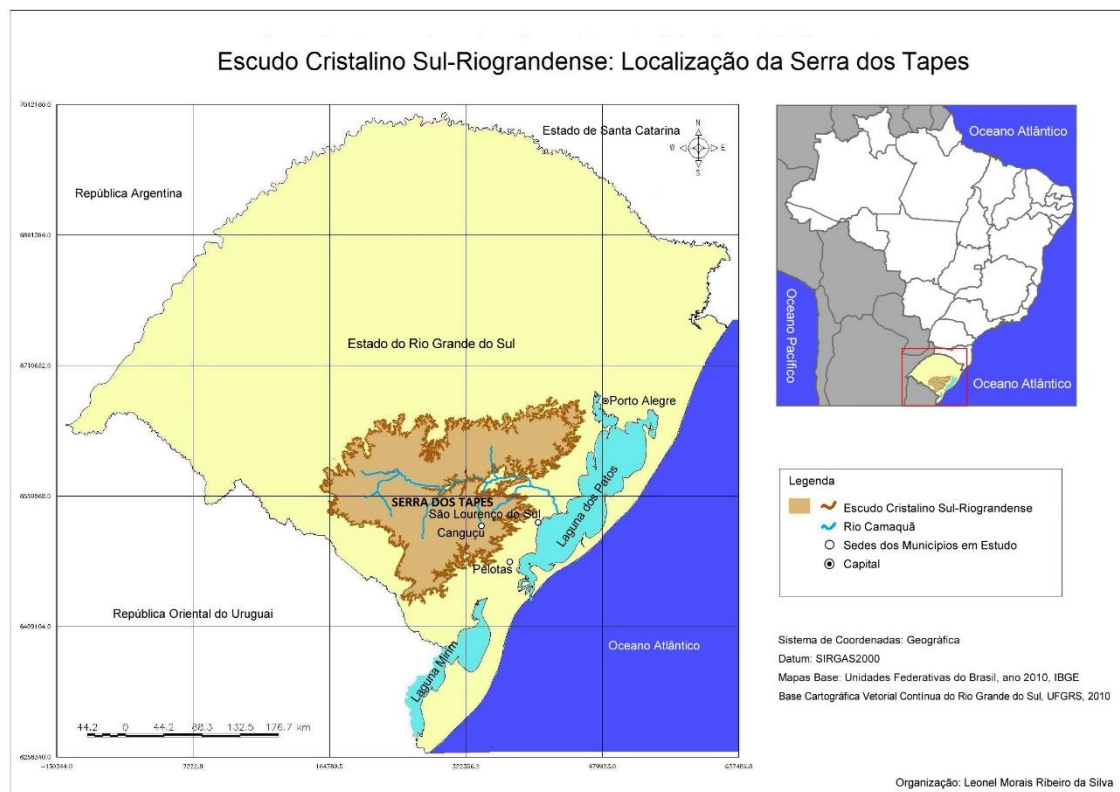
Antes de adentrar a principal proposta deste trabalho, é interessante refletir como a agricultura, em sua diversidade social, cultural, técnica e ecológica expressa-se como uma atividade que representa de forma exemplar a relação entre as pessoas e o espaço em que vivem e produzem. Ademais, encontra-se estreitamente relacionada às dinâmicas socioambientais do lugar onde é praticada. Sendo assim, um requisito fundamental para compreender a trajetória evolutiva dos sistemas agrários, em diferentes escalas de análise, é a leitura da paisagem sobre a qual o desenrolar da “história das agriculturas” ocorre.

Percorrendo esta linha de pensamento, este trabalho busca apresentar, igualmente, uma descrição da região em questão, suas características físico-naturais e a forma como os elementos constituintes da paisagem local apresentam as possibilidades de diferentes práticas de agricultura e suas transformações ao longo do tempo, em diálogo com as dinâmicas e mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas em uma escala espacial mais abrangente.

Os aspectos geomorfológicos do estado do Rio Grande do Sul possibilitaram sua classificação em cinco unidades diferentes, a saber: Planalto Uruguaio Sul-riograndense, Depressão Periférica, Planalto Meridional, Cuesta de Haedo e Planícies ou Terras Baixas Costeiras (VERDUM, BASSO e SUERTEGARAY, 2004).

A Serra dos Tapes (Figura 1) é um compartimento geomorfológico e histórico localizado no Planalto Uruguaio Sul-riograndense, ao sul do Rio Camaquã (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013). Desse modo, compreende a região serrana dos seguintes municípios da região sul: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu, (NEVES, 2014). Os três últimos municípios mencionados ocupam tanto áreas de campo, sobre a Planície Costeira, quanto as áreas de floresta, no Planalto Uruguaio Sul-riograndense.

Figura 1 – Escudo Cristalino Sul-Riograndense: localização da Serra dos Tapes



Fonte: Salamoni e Waskiewicz (2013)

As características físico-ambientais, que serão descritas neste trabalho, favoreceram o processo de ocupação humana na região estudada, a qual apresenta particularidades no que diz respeito à diversidade de grupos étnicos (italianos, alemães, pomeranos, franceses, africanos e luso-brasileiro) que, atualmente, compõem o seu território (CERQUEIRA, 2010).

Atualmente, a estrutura fundiária da Serra dos Tapes é constituída por propriedades familiares e sua organização social é formada, basicamente, por pequenos e médios agricultores, quilombolas e moradores rurais. Apresenta, assim, uma organização econômica e produtiva baseada na agricultura de base familiar e, em alguns casos, em integração com as agroindústrias (GRANDO, 1990; CERQUEIRA, 2010; SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013).

Além das verificações teóricas e bibliográficas sobre a abordagem de sistemas agrários, o percurso traçado para a construção deste estudo incluiu trabalhos de campo, com o objetivo de realizar entrevistas abertas com as famílias agricultoras moradoras da Serra dos Tapes, acompanhados de uma revisão bibliográfica sobre esta região, seus aspectos

históricos, territoriais, econômicos, culturais, sociais, naturais, assim como uma leitura da paisagem a partir dos elementos físico-naturais e sociais estudados.

Em vista disso, o trabalho apoia-se no conceito de *paisagem*, que apesar de evidenciar um caráter polissêmico e apresentar distintas abordagens sobre seu entendimento, revela-se apropriado para o presente estudo, quando compreendido “como uma unidade distinta e mensurável, definida por seu padrão espacial de agrupamentos de ecossistemas em interação, desenvolvimento geomorfológico, regimes de perturbação e evolução” (FORMAN e GODRON, 1986, apud SOARES-FILHO 1998, p. 7) e

“(…) como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, que pode ser analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. (...) A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural” (SAUER, 1998 apud CORRÊA e ROZENDAHL, 1998, p.9).

A partir dessas duas dimensões propostas para a formulação do conceito paisagem, percebe-se a importância de se compreender como as características naturais influenciam nas formas de apropriação e organização do espaço da agricultura e na maneira como os diversos grupos humanos moldam e reconfiguram essas paisagens “naturais” em paisagens “agrárias”, contribuindo também para a compreensão da constituição, evolução e diferenciação dos sistemas agrários em diferentes escalas.

Considerando a trajetória percorrida para a realização do presente estudo, este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: além deste texto introdutório, na segunda seção é apresentado o referencial teórico da pesquisa; a terceira seção compreende uma descrição da Serra dos Tapes, considerando seus aspectos físico-naturais; a quarta apresenta a evolução e diferenciação dos sistemas no espaço delimitado e, finalmente, a quinta e última seção tece algumas considerações e apontamentos conclusivos.

2 - Sistemas agrários: dinâmicas, diferenciação e evolução

Conforme já indicado, as investigações propostas para este estudo ancoram-se, fundamentalmente, na abordagem sistêmica, mais precisamente sobre a ferramenta teórico-metodológica de sistemas agrários. Tem-se como principal referência os estudos realizados por Miguel (2009), Mazoyer e Roudart (2010) e Silva Neto e Basso (2005).

A teoria dos sistemas agrários é “(...) um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas” (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 71).

Destarte, considera-se a agricultura como resultado das relações entre as populações rurais e o ambiente em que vivem, orientadas pelas dinâmicas espaço-temporais. Contudo, embora as agriculturas sejam variáveis no tempo e no espaço, o que evidencia seu caráter complexo, é possível identificar semelhanças que permitem classificá-las em categorias. Isto significa que,

[...] analisar e conceber um objeto complexo em termos de sistema, é, num primeiro momento, delimitá-lo, ou seja, traçar uma fronteira, virtual, entre esse objeto e o resto do mundo, e é considerá-lo como um todo, composto de subsistemas hierarquizados e interdependentes (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 72).

Isto significa que "cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura, historicamente constituído e geograficamente localizado" (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 72), o que implica em sua decomposição em dois subsistemas principais: o ecossistema cultivado e o sistema social e produtivo. Ademais, faz-se necessária a compreensão da organização e funcionamento desses subsistemas, as interações estabelecidas entre si e com o contexto no qual estão inseridos (MAZOYER e ROUDART, 2010). Com isso, considera-se que tais subsistemas, igualmente, possuem elementos constitutivos, estrutura e funções características, além de serem compostos por outros subsistemas complementares, os quais possuem da mesma forma, estrutura, funções e organização hierarquizada.

Diante disso, o ecossistema cultivado corresponde aos sistemas de cultivo e de criação construídos pelos agricultores. Eles podem ser subdivididos em outros subsistemas como as hortas, terras cultiváveis, agroflorestas, pastagens, rebanhos e etc. (MAZOYER e ROUDART, 2010). A combinação desses subsistemas tem como finalidade o fornecimento de produtos de interesse às sociedades humanas. A circulação interna de matéria e energia e a relação destes subsistemas com sistemas externos revelam as dinâmicas características dessas relações. Trata-se, portanto, de “um ecossistema historicamente constituído por meio da sua exploração e renovação por uma sociedade” (SILVA NETO e BASSO, 2005, p. 18).

O sistema social produtivo é composto pela força de trabalho humana, pelo saber-fazer dos agricultores, pelas técnicas e os instrumentos empregados para construção e exploração dos ecossistemas cultivados, além das condições socioeconômicas dos agricultores. Desse modo, os espaços em que são organizados os meios de produção e as atividades produtivas evidenciam-se pelos sistemas de produção desenvolvidos pelos agricultores e pela categoria social a qual pertencem.

Com base nessas considerações, a abordagem de sistemas agrários, enquanto ferramenta analítica, objetiva a formulação de uma base conceitual, teórica e metodológica que advoga a análise sistêmica sobre as formas de agricultura. De forma complementar, Miguel (2009) sustenta que:

A utilização do enfoque sistêmico permite explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam uma realidade agrária e que, muitas vezes, dependem não somente das propriedades de seus elementos constitutivos, mas, sobretudo, de suas inter-relações. Esse preceito impõe considerar que a agricultura, em seu sentido mais amplo, não é uma simples justaposição de atividades produtivas e de fatores de produção, mas, sim, um sistema organizado em torno de interações entre seus múltiplos componentes (MIGUEL, 2009, p. 21).

Considerando tais pressupostos, entende-se o conceito de sistemas agrários como instrumento teórico adequado para compreender a complexidade expressa pelas diferentes agriculturas, assim como suas transformações e diferenciações histórico-geográficas.

3 - Descrição do recorte espacial: um olhar sobre as paisagens da Serra dos Tapes

O Planalto Uruguaio Sul-riograndense, também conhecida como Escudo Cristalino Sul-riograndense, possui formação geológica de origem pré-cambriana, sendo, portanto, a mais antiga do Rio Grande do Sul (GUASSELLI et al., 2006). Apresenta predominância de rochas do tipo granítica e migmatito (ROSA, 1985). Além disso, possui um relevo formado por colinas onduladas, bem como vales compostos por matas de galeria (RAMBO, 1954).

Em conformidade com a unidade geomorfológica a qual pertence, a Serra dos Tapes é constituída por um relevo em que a altitude varia de 200 a 400 metros. Apresenta, desse modo, tanto áreas marcadas por afloramentos rochosos, como áreas de deposição com

relevo mais plano e rebaixado (VERDUM, BASSO e SUERTEGARAY, 2004; GUASSELLI et al., 2006) (Figura 2).

Figura 2: Serra dos Tapes, relevo ondulado a suavemente ondulado, marcado por afloramentos rochosos



Fonte: Acervo do autor (2016)

A constituição geológica, o relevo e outros fatores, como o clima, organismos vivos e o tempo, definem o processo de pedogênese e, conseqüentemente, os tipos de solo predominantes em determinada área. No que concerne a sua formação pedológica, a Serra dos Tapes é constituída, principalmente, por Luvisolos localizados nas áreas de encosta; também é composto por Argissolos, predominantes nas áreas mais rebaixadas com relevo suave ondulado e os Neossolos Litólicos verificados nas áreas mais altas do relevo (STRECK et al, 2002; SILVA NETO e BASSO, 2005). Considera-se pertinente, neste estudo, apresentar, brevemente, as características dos tipos de solos identificados no recorte estudado, de forma que seja possível compreender a influência sobre o seu processo de ocupação e uso na região estudada.

Os Luvisolos são solos pouco profundos que apresentam acumulação superficial de argila, variando de bem drenados a imperfeitamente drenados. Apresenta uma boa fertilidade natural, devido à alta saturação por base. Sendo assim, confere potencial às atividades agrícolas, porém, apresenta algumas restrições no que concerne ao uso de mecanização, de acordo com o grau de declividade do relevo sobre o qual ocorre, bem como seu nível de profundidade (STRECK et al, 2002).

Os Argissolos ocorrem, predominantemente, em áreas com relevo suave ondulado a ondulado, apresentando um gradiente de profundidade que varia de profundo a muito

profundo, possuindo uma boa drenagem. Este tipo de solo possui uma baixa fertilidade natural, devido a sua forte acidez e alta concentração de alumínio, apresentando, igualmente, alta suscetibilidade a processos erosivos. Desse modo, as atividades agrícolas realizadas sobre este tipo exigem a adoção de práticas conservacionistas, dando preferência a espécies recuperadoras do solo (STRECK et al, 2002).

Os Neossolos, em geral, apresentam um perfil raso, ocorrendo, dessa forma, em áreas mais elevadas da Serra dos Tapes, as quais possuem maior concentração de cobertura vegetal arbustiva. Devido a sua formação recente e baixa profundidade, exige o emprego de práticas conservacionistas mais rigorosas e apresenta restrição com relação ao uso de mecanização. De acordo com a declividade do relevo sobre o qual este tipo de solo ocorre, as atividades agrícolas podem ser realizadas por meio do cultivo de pastagem, fruticultura e a instalação de áreas de preservação permanente (STRECK et al, 2002).

Localizada sobre as áreas mais elevadas e onduladas do Escudo Cristalino, a Serra do Tapes apresenta uma vegetação de campos sujos e floresta – “formação arbórea densa de grande porte com estratos superpostos” – (GUASSELI et al., 2006 p. 6). No entanto, as florestas, nesta região, são mais esparsa e encontram-se entremeadas por áreas de campos e matas de galerias (GUASSELI, 2006; RAMBO, 1954).

Originalmente a região era constituída por floresta subtropical arbustiva, onde se encontravam espécies como a aroeira, capororoca, arará, pitangueira, camboim, cerejeira, carvalho, cedro, canjerama, erva-mate, guajuvira, tarumã, pau-ferro, camboatá, entre outras (COTRIM, 2003, p. 55).

De uma forma geral, atualmente, a vegetação existente nesta região é composta basicamente por matas remanescentes e de sucessão secundária, campos mistos herbáceos e subarbustivos, com matas de galerias e campos subarbustivos formados por gramíneas e ciperáceas, frequentemente, intercaladas com áreas de cultivo agrícola (MDA, 2006) (Figura 3).

Com relação à hidrografia, a serra localiza-se entre duas bacias hidrográficas: a Bacia do Rio Camaquã e a Bacia Piratini-São Gonçalo-Mangueira. Os principais cursos d'água da região são os arroios Pelotas, Turuçu, Quilombo, Contagem, Corrientes, Arroio do Padre e Andrade (NEVES, 2014). No que se refere aos aspectos climáticos, a região apresenta uma “temperatura média anual de 14°C a 20°C. No verão a temperatura varia entre 20°C a 24°C e no inverno a temperatura média flutua entre 8°C a 16°C. Os valores anuais

referentes à precipitação variam entre 1.400mm a 1.800mm de chuva” (MDA, 2006, p. 19).

Figura 3: Serra dos Tapes, relevo, vegetação e transformação da paisagem por meio da agricultura



Fonte: Acervo do autor (2016)

Atualmente, as paisagens agrárias da Serra dos Tapes são formadas pela combinação de vegetação secundária com áreas agrícolas. As áreas ocupadas por matas apresentam relevo ondulado, já os espaços agrícolas, marcados pela presença do policultivo, localizam-se nas áreas com relevo menos acidentado.

Considerando os aspectos físico-ambientais descritos, na próxima seção deste texto serão apresentados os sistemas agrários identificados na região delimitada, assim como a reconstituição de sua evolução e diferenciação ao longo do tempo. Com base nos estudos realizados, foram identificados, em totalidade, cinco sistemas agrários na Serra dos Tapes, a saber: Sistema Agrário Indígena, Sistema Agrário Quilombola, Sistema Agrário Colonial, Sistema Agrário Contemporâneo I e Sistema Agrário Contemporâneo II.

Sistema Agrário Indígena (até 1780)

A região da Serra dos Tapes foi inicialmente habitada pelos indígenas Guarani, denominados Tapes. Esta designação era utilizada pelos colonizadores para identificar a localidade sobre a qual os indígenas viviam (SCHMITZ, 2006). A região foi trilha de tropas de bovinos e de outros animais que eram criados nas Vacarias do Mar (NEVES, 2014).

A palavra tape (tapê) na língua guarani (BORDONI, S/D, p. 622) indica caminho, ou seja, local de deslocamento entre áreas. Tal aspecto deve-se exatamente a condição geográfica, pois a série de lagoas e áreas alagadas da proximidade da Lagoa dos Patos impede uma circulação fácil por aquela área. Assim o caminho entre o sul e o norte pelo interior fora antiga rota pelo litoral Atlântico era esta serraria (NEVES, 2014, p. 14).

Não existe precisão sobre quando ocorreram os primeiros povoamentos indígenas na serra, no entanto, Milheira (2008) aponta, com base em estudos arqueológicos, que durante o século XIII, já haviam distintas organizações indígenas no local.

Em seus estudos, Milheira (2008) e Neves (2014) falam sobre a organização de sistemas de assentamento Guarani, na região serrana, denominadas *teko'á*. As investigações sobre os sítios arqueológicos identificados na região demonstraram padrões similares nos assentamentos, os quais ocorriam em formas de aglomerados e, predominantemente, em áreas de floresta densa.

Em suma, apresentam localização de topo/meia encosta de morro íngreme, tendo sua altimetria variando entre 109 m e 288 m com distância média de 500 m das vertentes dos principais cursos hídricos da região (arroyo Andrade, arroio Corrientes) (NEVES, 2014, p. 100).

O Guarani era um agricultor de mata subtropical (SCHMITZ, 2006), então, nesta área, os Tapes realizavam a atividade da pesca, caça e coleta, assim como praticavam a agricultura de “coivara”, para a produção de alimentos, como mandioca e milho, destinados ao sustento do grupo.

A agricultura de "coivara" empregada pelos Tapes consistia na derrubada e queimada da vegetação de áreas destinadas aos cultivos, semelhante à agricultura de queimada, contudo neste tipo de agricultura ocorria um rodízio das áreas produtivas, com isso, as florestas se regeneravam o que conservava a fertilidade dos solos. As áreas de cultivo eram dimensionadas conforme a necessidade de alimentação da tribo (COTRIM, 2003, p. 59).

As formas de organização espacial dos Guarani, segundo Noelli (2000), caracterizam-se pela existência de estratos territoriais, que refletem também as relações de parentesco, denominados: *teýí* – espaço de cada núcleo familiar – *tekohá* e *guârá*. Esses dois últimos representam áreas de captação de recursos para a manutenção dos grupos, localizando-se, essencialmente, em áreas próximas aos cursos d'água, sendo delimitados por algum fator físico natural. Nestes espaços era praticada a roça, caça e pesca, em que a força de trabalho utilizada era livre e coletiva. Na Serra dos Tapes, os sítios Guarani, identificados por meio de estudos arqueológicos, localizam-se, principalmente, em áreas com grande disponibilidade de recursos naturais (água, frutos e animais) (MILHEIRA, 2008; NEVES, 2014.). Além disso, esses estudos indicam que os Guarani não se organizavam de forma isolada, pois mantinham relações de troca com outros grupos que viviam em assentamentos localizados na região litorânea e nas zonas de campo.

“A Serra dos Tapes registra um longo processo de ocupação Guarani que ilustra desde o século XIII até meados do século XIX” (NEVES, 2014, p.99). No entanto, ainda no século XVIII, as regiões da zona de campo, localizadas próximas à serra, passaram a ser ocupadas por militares portugueses. Em 1737 funda-se a cidade de Rio Grande, na zona costeira; em 1755 tem-se a construção do Forte São Gonçalo e, nesta mesma década, a concessão das primeiras parcelas de terra aos militares (sesmarias), o que culminou nas primeiras incursões portuguesas na região serrana (COTRIM, 2003).

Esses acontecimentos, em maiores níveis espaciais, contribuíram significativamente para a desestabilização do sistema agrário indígena, o qual, apesar de ainda persistir durante o século XIX e na atualidade, teve seu funcionamento em plenitude comprometido devido as transformações oriundas do processo de colonização portuguesa.

Sistema Agrário Quilombola (1780 – 1858)

A chegada dos portugueses no atual estado do Rio Grande do Sul implicou em transformações significativas neste espaço, que foram desencadeadas, principalmente, nas áreas de campo e da Planície Costeira, influenciando, igualmente, nas dinâmicas existentes nas zonas de vegetação de floresta com relevo acidentado. Dentre as principais atividades impulsionadas pela colonização portuguesa, no estado, durante os séculos XVIII e XIX, destacou-se a criação de gado (vacum ou muares), que era transportado

pelos tropeiros e que, posteriormente, passou a ser confinado nas áreas de pastagens naturais. Essas extensões de terra passaram a ser reivindicadas por tropeiros e militares, que as receberam em forma de sesmarias (GUTIERREZ, 2001).

Esses extensos lotes de terra foram distribuídos, fundamentalmente, nas zonas de campo (desde a encosta da Serra do Sudeste até a Laguna dos Patos), devido ao relevo plano (alguns sesmeiros da região também possuíam datas de terra localizadas nas zonas elevadas de mata), que favorecia a atividade de criação de gado, possibilitando o início do ciclo saladeiril. A prática da produção do charque e a instalação do polo charqueador Pelotas/Rio Grande contou, essencialmente, com a mão de obra negra escravizada (GUTIERREZ, 2001; SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013). Dentre as atividades realizadas pelos cativos, destacam-se, também, a produção de mandioca, trigo e seus produtos derivados, que serviam para alimentar as charqueadas/estâncias. Estas também eram abastecidas com madeiras extraídas da Serra dos Tapes, onde também desenvolviam-se as práticas de olaria (GUTIERREZ, 2001).

Reconhece-se a importância da mão de obra negra no trabalho agrícola realizado sobre a serra (nas chácaras próximas às terras planas) para o abastecimento e manutenção das estâncias. No entanto, este estudo busca focar nas práticas agrícolas e não agrícolas (religiosas e culturais) que esses grupos realizavam para a sua própria manutenção, caracterizando o que denomina-se aqui de Sistema Agrário Quilombola. Tal sistema agrário reflete as estratégias de resistência e reprodução social dessas coletividades na Serra dos Tapes.

Devido as características naturais da serraria (relevo acidentado, vegetação densa e presença de recursos hídricos), esta região acabou se tornando uma aliada geográfica para os negros que desejavam escapar do trabalho forçado, dos maus tratos, resistindo ao sistema escravista vigente no Rio Grande do Sul (NEVES, 2014). Cabe mencionar que outros grupos, igualmente em situação de subordinação, também viam na serra a possibilidade de esteio. Além dos indígenas, a região também era habitada por agregados, posseiros e lavradores nacionais, (PINHEIRO, 2014; ZARTH, 2002). Dito isto, é importante compreender que

(...) as práticas quilombolas eram mais amplas do que o "mero" ajuntamento de escravos fugidos. Elas ensejavam solidariedades, reinvenções étnicas, potencializavam alianças e afetividades, e até mesmo, dependendo da permanência em um mesmo sítio, demarcavam territorialidades, que acabavam eternizadas em topônimos de variados tipos (MOREIRA; AL ALAM; PINTO, 2013, p. 34).

Cerqueira (2010, p. 872) afirma que “a memória destas ocupações pregressas ficou registrada na toponímia (arroyo Quilombo, serro do Quinongongo, Serra dos Tapes), assim como na denominação administrativa (Distrito do Quilombo)”, no município de Pelotas.

Entende-se que essas estratégias de resistência, desenvolvidas pelas coletividades negras, caracterizavam-se pela sua complexidade e diferentes formas de organização. Na região estudada, organizavam-se em assentamentos compostos por um pequeno grupo, aproximadamente 30 pessoas (PINHEIRO, 2015). Abrigavam-se em ranchos feitos de *giribá*, e ali realizavam as práticas agrícolas para a sua manutenção (ÁVILA et. al. 2013). As organizações também apresentavam um caráter itinerante.

Apesar de provisório, o tempo de permanência dos acampamentos quilombolas variava, muitas vezes, possibilitando o cultivo de roças (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013). No que concerne as formas de assentamento, os grupos quilombolas estabeleciam-se em regiões de difícil acesso, marcadas pela existência de morros e cerros, que possibilitavam abrigo e boa visibilidade à distância. Tais espaços dispunham também de recursos hídricos, alimentícios e matérias-primas para a manutenção dos grupos.

Estes realizavam, também, atividades como caça, pesca, coleta de frutos e raízes comestíveis e, além disso, praticavam agricultura de queimada, cultivando gêneros como mandioca, milho e feijão (ÁVILA et. al. 2013). Nota-se, também, o conhecimento e manipulação de plantas medicinais, adquiridos por meio do contato com os indígenas que vinham resistindo na região, assim como as compras de sementes, alimentos e instrumentos, realizadas, clandestinamente, nas bodegas na vila de São Francisco de Paula, atual Pelotas. (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013).

Em 1835 destacam-se, dentre as organizações quilombolas na região, as lideradas pelo *General* Manoel Padeiro, pelo *Juiz de Paz* João e pelos *Pais* Matheus, Francisco e Simão, que protagonizaram a resistência escrava, ao sul do Rio Grande do Sul. Além da combinação de uma economia camponesa com o extrativismo, as estratégias de

resistência quilombola também envolviam razias nas propriedades da região, buscando mantimentos para o quilombo, bem como novos integrantes para o mesmo (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013,). Chama a atenção, também, “o possível planejamento de uma ação maior, não claramente discernível, mas que as autoridades pensavam comportar uma invasão da vila, contando com a ajuda da escravaria das charqueadas às margens do São Gonçalo” (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013, p.36).

Promulga-se, em 1850, a Lei de Terras, determinando que a aquisição de terras, em território brasileiro, só poderia ser realizada mediante a compra. Cabe entender que tal ordem política dificultava qualquer forma de apropriação legal de terra por parte dos negros escravizados e forros. Desse modo, a posse constitui-se como principal forma de apropriação de terra, realizada não somente pelos negros, mas por outros grupos marginalizados que habitavam a região.

No mesmo período, ainda durante o ciclo do charque, o Governo Geral passou a fomentar a instalação de colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, baseada na imigração europeia não-ibérica. Desse modo, a partir de 1858, as parcelas de terras localizadas na Serra dos Tapes foram cedidas e comercializadas em forma de lotes coloniais.

Cabe enfatizar, em vista disso, que as formas de acesso à terra dos imigrantes diferenciavam, significativamente, das dos negros, indígenas e os demais grupos que já habitavam a região (PINHEIRO, 2014), influenciando, também, na relação estabelecida entre imigrantes e as autoridades locais. Rubert (2009), em seu estudo sobre as comunidades negras no Rio Grande do Sul, menciona que o projeto de ocupação na Serra dos Tapes, fomentado pelo Governo Geral, “(...) tornou mais tensa as relações étnico-raciais, tendo em vista que as áreas de relevo acidentado também passaram a ser cobiçadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias em propriedades de pequeno e médio porte” (RUBERT, 2009, p. 171).

As práticas agrícolas, sociais e culturais dos imigrantes passaram, também, a constituir as dinâmicas espaciais da região, contribuindo na emergência de um novo sistema agrário, caracterizado pela crescente ocupação territorial, pelas novas relações sociais e econômicas e, além disso, pelas transformações nas formas de exploração da natureza.

Sistema Agrário Colonial (1858 – 1900)

As primeiras cessões de terra aos imigrantes, realizadas pelo Governo Geral, causaram certa comoção aos sesmeiros, que posteriormente viram no processo de colonização a possibilidade de negócio e obtenção de lucro. De acordo com Grandó (1990), os proprietários que detinham datas de terra na serra parcelaram-nas em lotes e comercializaram aos imigrantes europeus. Os demais sesmeiros “apossavam-se das terras de mato contíguas as suas propriedades e transformavam-nas em colônias a serem vendidas aos imigrantes, retendo para si, todavia, as terras planas. O sistema de colonização privada juntou-se, assim, à colonização oficial” (GRANDO, 1990, p. 18).

Segundo estatísticas publicadas pela Intendência Municipal de Pelotas (Relatório..., 1922), até 1900 haviam sido criados 61 núcleos coloniais, dos quais somente quatro não eram produtos da iniciativa privada (as três colônias do Estado e a da Câmara Municipal). Os empresários, se não eram proprietários de terras na serra de Tapes, compravam-nas para colonizar (GRANDO, 1990, p.73).

A primeira colônia (formada por imigrantes pomeranos e alemães) instalada e que prosperou na região localizou-se no município de São Lourenço do Sul, fomentada em 1858 pelo empresário alemão Jacob Rheingantz, quem adquiriu terras do Governo Geral, assim como de grandes proprietários locais.

A quantidade de terras incultas na serra de Tapes, muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores, Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul a partir do desenvolvimento de São Lourenço (GRANDO, 1990, p. 70).

O clima temperado-úmido da serra e a ocorrência de solos ácidos com fertilidade natural, considerados apropriados à fruticultura, estimulou a produção de frutas e olerícolas. Posteriormente a instalação desta colônia, grandes derrubadas de mata foram iniciadas pelos imigrantes, que implantaram a agricultura de queimada com rotação de terra (WAIBEL, 1979). Essas áreas abertas deram lugar ao policultivo (frutíferas, batata, milho, feijão e outros gêneros alimentícios). Também era realizada a produção de leite e ovos, que eram destinados tanto à alimentação das famílias, como à comercialização em mercados locais (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013).

Cabe mencionar que a mão de obra empregada nos trabalhos agrícolas era familiar, reforçando a ideia de autonomia econômica e produtiva entre os colonos (SALAMONI,

2001). Outro fator que caracterizava esta independência era a produção de insumos e instrumentos (enxada, machado) utilizados na agricultura, que eram, em maioria, produzidos artesanalmente pelas famílias. Estes insumos também eram adquiridos por meio da compra nos estabelecimentos comerciais locais, que se instalaram após a implantação das colônias. Nestes estabelecimentos também eram vendidos os produtos coloniais.

Com o desenvolvimento das primeiras experiências coloniais, outros imigrantes chegavam à região em busca de novos lotes de terra.

Toda serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se, ali, uma corrente de imigrantes que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias (GRANDO 1990, p. 73).

Em 1872, a região da Serra dos Tapes, mais precisamente o atual município de São Lourenço do Sul, já contava com a presença de 620 famílias. Ao longo do tempo, o número de imigrantes aumentou, e, em 1875, já eram contabilizados 5.130 colonos na região (MONSMA e BOSENBECKER, 2014), os quais adotaram a agricultura como principal atividade produtiva e econômica. Entre os resultados dessa nova organização espacial, destacam-se as profundas mudanças na paisagem local: a constante supressão da vegetação original, dando lugar as parcelas de cultivos agrícolas (GRANDO, 1990), que compunham um contraste florístico com as áreas de capoeira e de vegetação remanescente.

A população negra, na região serrana, também aumentava, considerando que nas terras baixas costeiras a atividade charqueadora ainda concentrava um alto número de trabalhadores escravizados. Segundo o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1884, Pelotas possuía em torno de 5.623 cativos; 3.911 livres; 1.137 libertos; 5.623 escravos; 180 índios (MOREIRA; AL ALAM; PINTO, 2013).

Desse modo, na Serra dos Tapes, é importante considerar que o Sistema Agrário Colonial também é marcado pela presença do trabalho agrícola realizado por outros grupos e, principalmente, pelas populações negras que resistiam na região. Estes grupos mantiveram a prática da agricultura de queimada e do policultivo, priorizando gêneros

como mandioca, feijão e milho. Ressaltam-se, igualmente, o extrativismo, a prática de rotação de terra e o uso de ferramentas manuais, como machado e arado.

Do ponto de vista técnico e produtivo, busca-se refletir como as relações interétnicas estabelecidas na região, durante este período, podem ter influenciado na conjunção de diferentes práticas agrícolas realizadas pelos indígenas, negros e colonos que habitavam a Serra dos Tapes. Da mesma maneira, considera-se importante não ignorar as dimensões sociais, culturais e econômicas dessas relações, marcadas, simultaneamente, pelas relações de parentesco (casamentos interétnicos, relações de compadrio) e pelas situações de subordinação e estigmatização racial.

Em 1884 inaugurou-se a linha férrea, que ligava o município de Rio Grande a Bagé, tendo no município de Capão do Leão a principal estação em que eram embarcados os produtos coloniais (GRANDO, 1990). Quatro anos depois, tem-se o processo de abolição escravizadora, em que alguns grupos de trabalhadores negros se apossaram, compraram ou receberam, por meio de doação, parcelas de terra nas áreas serranas (RUBERT e SILVA, 2009). No entanto, mesmo no período pós-abolição, marcado pelo crescimento da população liberta, as condições de vida dos negros que foram escravizados, bem como de seus descendentes, permaneceram precárias (PINHEIRO, 2014).

Concomitante a este cenário, ao final do século XIX, houve o declínio na produção de charque com as chegadas dos primeiros frigoríficos na região de Pelotas e Rio Grande, culminando com o crescimento destes centros urbano-industriais (GRANDO, 1990; NEVES, 2014). Sendo assim, o aumento na demanda por alimentos, assim como a proximidade aos principais centros urbanos e a facilidade no escoamento dos produtos, permitiram a intensificação da produção colonial. Os agricultores, com isso, incorporaram em sua técnica produtiva o uso da tração animal, complementando o uso de ferramentas manuais, adotando um caráter semiespecializado na produção para o mercado (SALAMONI, 2001).

Esta série de acontecimentos possibilitou o surgimento de um novo sistema agrário, composto pelos mesmos grupos étnicos e categorias sociais, porém com dinâmicas econômicas, produtivas e sociais diferentes.

Sistema Agrário Contemporâneo I (1900 – 1960)

Este sistema agrário é marcado pela produção familiar semiespecializada na fruticultura, combinada com a pecuária e o policultivo (mandioca, feijão, milho e hortaliças), voltada tanto à comercialização nos mercados regionais quanto ao autoconsumo das famílias agricultoras (alemães, negros, italianos, franceses, pomeranos e luso-brasileiros).

A agricultura praticada pelos descendentes dos negros que foram escravizados visava, prioritariamente, o consumo das famílias. Além do plantio de milho, feijão, mandioca, batata e batata-doce, era realizado também o cultivo de frutíferas, como pêsego e figo, cuja parte era comercializada às fábricas de doce e conservas instaladas na região. Alguns grupos vendiam a produção ao centro urbano de Pelotas, transportando os produtos por meio de carroças com cavalos ou “juntas” de bois.

As técnicas empregadas por esses agricultores envolviam o corte e a queima da vegetação original e posterior cultivo dos gêneros alimentícios:

Aí era tudo capoeira, era tudo mato. Aí nós fomos derrubando os matos e derrubando, plantando e fazendo chácara, tudo ali. O cara derrubava as capoeiras e amontoava. Se não dava para queimar, amontoava ela para apodrecer. E aí, abria as carreiras para plantar os pés de pessegueiro. Aí, no primeiro ano, nós plantamos mil pés de pessegueiro. Aí, depois adiante, fomos aumentando, depois, nós já tínhamos 2 mil pés de pessegueiro plantados. Uns já estavam dando fruta, os outros ainda não estavam dando e assim ia... não dava para lavar, né, porque tinha muito toco. Dois anos, 3 anos não dava para lavar, aí plantava assim, capinando tudo à enxada... 2 mil pés de pessegueiro capinados tudo em enxada. Aí fomos indo, limpando. O que não dava para roçar, só capinava... o cara roçava, amassava a sujeira e só capinava na volta dos pés de pessegueiro, adubava e tudo e aí foi indo até dar pra lavar. Mas, de primeiro, não tinha trator e não tinha nada (Relato de um ancião quilombola e agricultor – entrevista realizada em março de 2016).

É interessante compreender que as coletividades negras que habitavam a serra, após a abolição, apresentavam diferentes formas de organização social, econômica e produtiva. Dessa forma, nem todos os grupos cultivavam frutíferas ou comercializavam a produção, combinando, muitas vezes, a produção agrícola para o consumo doméstico com a venda da força de trabalho nas propriedades coloniais ou nos armazéns/fábricas locais. Nota-se, a partir disso, as relações estabelecidas com os agricultores familiares de origem colonial, por meio do trabalho.

Com sete anos nós já trabalhávamos porque naquela época a pobreza era demais, né... tinha que trabalhar e todos nós trabalhávamos. Nós éramos 8, cada um trabalhava num colono e, naquele tempo, nós ganhávamos 50 centavos, naquele tempo do cruzeiro. Aí, nós trabalhávamos assim, por dia... meu pai trabalhava numa outra colônia, perto da Vila Maciel. Aí ele ganhava 1,50 por dia. Aí ele passava na venda e trazia todas as coisas nas costas. Às vezes, tinha que ir gente pra ajudar a trazer as coisas. Agora, o cara pega 150 pila e traz na mão as coisas (Relato de um ancião quilombola e agricultor – entrevista realizada em abril de 2016).

Percebe-se, por meio dos relatos de dois agricultores quilombolas do município de Pelotas, que vivenciaram sua infância e juventude na primeira metade do século XX, que a precariedade marcava a condição de trabalho e produção agrícola. Dessa forma, reforçam-se as diferentes estratégias adotadas por eles e suas famílias, para se reproduzirem social e economicamente na região.

Dentre as propriedades para as quais eram vendidas a força de trabalho dos quilombolas, distinguem-se as de origem colonial, compostas por famílias alemãs, italianas e pomeranas. A fruticultura, o policultivo e a pecuária de leite marcam o sistema produtivo dos lotes coloniais, sendo a produção destinada tanto ao autoconsumo das famílias, como ao mercado local e regional.

A fruticultura na Serra dos Tapes, principalmente no município de Pelotas, priorizou a comercialização “in natura” aos mercados regionais e a transformação artesanal em passas e doces, realizada localmente (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013). Posteriormente, a produção de frutas

(...) pôde contar com a demanda de um mercado urbano local consolidado e de certo nível de sofisticação no consumo de alimentos, o que possibilitou aumentar a transformação dos produtos “in natura”, a fim de atender as exigências dos consumidores citadinos. Graças a esse dinamismo, a produção de pêssego inseriu-se no mercado nacional, onde o produto ganhou renome pelo volume e qualidade apresentados (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013, p. 86-87).

A técnica da derrubada e queimada da mata para a instalação das frutíferas e olerícolas também foi incorporada pelos colonos. A semiespecialização produtiva contou com a mão de obra familiar, assim como a contratação de trabalhadores informais, conforme já mencionado. A combinação do uso de equipamentos manuais com a tração animal possibilitou o aumento na produção, objetivando atender as demandas por alimento nos centros urbanos da região. “Este pode ser considerado um dos fatores que determinaram

a permanência e reprodução social da agropecuária colonial” (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013, p. 87).

O processo de modernização da agricultura, tendo seus passos iniciais no Brasil na segunda metade do século XX, marcou profundamente as formas de produção calcada no trabalho familiar. Esta situação não foi diferente na Serra dos Tapes, em que a produção artesanal colonial entrou em declínio, sendo substituída pelas indústrias de transformação de produtos agrícolas, instaladas nos centros urbanos (GRANDO, 1990).

“(…) O final dos anos 60 marca o início de uma clara concentração industrial no ramo de produtos alimentícios em Pelotas, com base numa produção industrial mais elaborada, que concorre para a destruição da produção de pequena escala, sobretudo a artesanal” (GRANDO, 1990, p. 112).

Dentro deste contexto, destaca-se a integração da produção agrícola familiar com as indústrias, dando destaque à fruticultura, a produção de leite e fumo, assim como o surgimento de atividades de caráter multifuncional. Ademais, ressaltam-se as transformações na base técnica, caracterizadas pela adoção de equipamentos e insumos externos às unidades produtivas, impulsionadas pela chamada “Revolução Verde”.

Sistema Agrário Contemporâneo II (1960 – até os dias atuais)

O presente sistema agrário caracteriza-se, principalmente, pela integração da agricultura familiar aos complexos agroindustriais, tendo como consequência profundas transformações na base social, técnica e produtiva da agricultura de origem colonial. Ressalta-se, também, o desenvolvimento de políticas públicas para a setor da agricultura familiar, e, no início do século XXI, para populações tradicionais, como as comunidades quilombolas (interessante refletir, também, a importância da consolidação jurídica e política de categorias sociais, como “agricultor familiar” e “quilombola”. Outro marco importante refere-se aos processos de reconhecimento identitário das comunidades remanescentes de quilombo):

Dentre os processos que desencadearam mudanças na agricultura praticada pelos colonos, observa-se, primeiramente, a instalação das fábricas de doces e conservas na região, compondo o Complexo Agroindustrial de Doces e Conservas, localizado no município de Pelotas.

A indústria passou a orientar o plantio, financiar insumos e equipamentos e, em contrapartida, compromete-se a comprar toda a safra para, em seguida, realizar o processamento industrial do produto. Essa relação de dependência ao capital monopolista, representado pelas grandes empresas, reduziu o produtor à situação de mero fornecedor de matéria prima e comprador de produtos industriais (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013, p. 87).

Dessa forma, as organizações produtivas da agricultura colonial, a qual vinha sendo gerida pelas famílias, passaram a incorporar as determinações do mercado capitalista e as imposições de segmentos econômicos externos (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013). Com relação a produção de pêssego, considerado “carro-chefe” no ramo da fruticultura na região, ressalta-se a adoção de insumos químicos. A produção é destinada, principalmente, ao processamento industrial, na fabricação de sucos, doces em caldas, entre outras maneiras de transformação.

Alguns agricultores quilombolas, frente a este contexto de modernização, incorporaram, em menor escala, insumos químicos em sua produção. O grau de mecanização é menos evidente, considerando o nível reduzido de capitalização das famílias. Ademais, a produção de frutíferas, assim como de olerícolas voltou-se, prioritariamente, ao autoconsumo, com a comercialização de parte da produção, na maioria dos casos, o excedente.

Em consequência da integração com a indústria, a produção de fumo também ocupou espaço significativo na agricultura familiar da Serra dos Tapes, que representa a zona de expansão dos centros fumageiros localizados no Vale do Rio Pardo (SALAMONI e WASKIEVICZ, 2013). Os municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas e Arroio do Padre destacam-se, na região sul do estado, como os principais produtores desta cultura (FEE, 2012). A mão de obra utilizada na produção do fumo em folha é familiar, contando com a força de trabalho de outros moradores/agricultores locais, entre eles, famílias quilombolas. Algumas destas, em menor expressividade, cultivam fumo, como é o caso das famílias da comunidade quilombola de Favila, no interior de Canguçu (SCHNEIDER, 2015).

Já o caráter técnico desta produção orienta-se por meio das determinações das indústrias fumageiras:

(...) são elas as responsáveis pelo fornecimento dos insumos utilizados na produção e pela assistência técnica ao produtor. A adoção dessa tecnologia para a produção de fumo requer altos investimentos, em termos relativos, em estufas e insumos (FREITAS e BARRERO, 2003, p. 2)

A integração com a indústria revela-se, também, na produção de leite. Os municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu são, atualmente, dois dos maiores produtores do estado (FEE, 2012). Na região estudada, esta produção encontra-se vinculada, principalmente, à Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios – COSULATI, sediada em Pelotas e a Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul – COOPAL, localizada em Canguçu.

Considera-se importante, também, a produção destinada ao autoconsumo, prática comum entre as diferentes etnias e categorias sociais, da região. O cultivo de mandioca, milho, abóbora, batata-doce, feijão e hortaliças para o consumo doméstico está presente desde as primeiras atividades agrícolas praticadas na Serra dos Tapes.

Além das transformações nas bases produtivas, novas formas organização social emergem neste contexto de estreita relação com o mercado. Trata-se das cooperativas e outras formas associativas dos agricultores, abrindo caminhos para a emergência da multifuncionalidade da agricultura, tendo como principal base econômica as atividades voltadas ao turismo.

A vegetação remanescente no local, combinada com a abundância de recursos hídricos (arroyos e cachoeiras) e relevo escarpado, constituiu-se em um grande potencial turístico, que passou a ser explorado economicamente pelos agricultores colonos da região, complementando a renda das famílias, que seguem produzindo de forma diversificada para o autoconsumo, conciliando a especialização da produção para o mercado. Dentre as atrações turísticas, destaca-se, também, o patrimônio sociocultural da Serra dos Tapes, apresentado por meio das práticas culturais germânica, francesa, italiana e pomerana. Atualmente, não existe conhecimento de nenhum fomento à participação de outros grupos sociais, como os quilombolas, no turismo da região.

4 - Considerações finais

O presente estudo buscou reconstituir a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários na Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul. Dessa forma, ressalta a importância da abordagem sistêmica e dos sistemas agrários como ferramentas apropriadas para a compreensão de realidades agrárias complexas (MIGUEL, 2009), assim como para o entendimento da história das agriculturas em distintos níveis espaciais, a partir de uma visão integrada, buscando identificar e compreender os pontos de inflexão que marcam as transformações dos sistemas agrários, assim como a sua diferenciação no tempo e no espaço.

Associada a esta reflexão, evidencia-se também a importância do estudo das paisagens locais/regionais para uma melhor apreensão das formas de organização da agricultura no espaço, orientadas pelas dinâmicas naturais e físicas do local no qual é praticada.

A respeito da evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Serra dos Tapes, entende-se que os grandes eventos que marcaram a transição de um sistema agrário para o outro, encontram-se diretamente relacionados a frequente ingerência portuguesa no território durante os séculos XVIII e XIX, assim como o processo de urbanização e industrialização dos municípios de Pelotas e Rio Grande, considerados os principais centros urbano-industriais da região sul do Rio Grande do Sul. Igualmente, ressalta-se o processo de modernização da agricultura, que trouxe mudanças nas bases sociais, técnicas e produtivas nos espaços rurais. É cabal mencionar também a constituição do mosaico étnico que marca a configuração social e cultural do atual sistema agrário da Serra dos Tapes, composta atualmente por indígenas, negros, alemães, pomeranos, italianos, franceses e luso-brasileiros.

Não obstante a existência de descendentes de imigrantes europeus não-portugueses na região, a presença de áreas remanescentes de quilombos e de coletividades Guarani, igualmente, caracteriza as paisagens agrárias da Serra dos Tapes, expressando a diversidade social e cultural de seu sistema agrário na atualidade.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, C. B; RIBEIRO, M. F. B. **Patrimônio Cultural Quilombola na Serra dos Tapes: Em busca da história, da memória e valorização da Identidade de seus remanescentes.** In: II CONNINTER. Belo Horizonte, 2013, Globalização e Interdisciplinaridade, v. 01. p.01 -15.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sul do Rio Grande do Sul (Relatório Preliminar).** Brasília. MDA/SDT - CODETER, 2006. v. 1. 68p.

CERQUEIRA, F. V. **Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO. Pelotas, 2010. Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição. Pelotas: Ed. UFPEL. p. 872 – 874.

COTRIM, M. S. **Pecuária Familiar na Região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica da pecuária familiar no município de Canguçu/RS.** 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CORRÊA, R. L; ROZENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, R. L; ROZENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro. Eduerj, 1998. 123p. p.7-11.

FEE - Fundação de Economia e Estatísticas do Estado do Rio Grande do Sul. FEEDados,2012. Disponível em:< <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0> >. Acesso em: 10 fev.2017.

FREITAS, C. A; BARRERO, G. A. B. **A fumicultura no Rio Grande do Sul: uma abordagem sob a ótica da Nova Economia Institucional.** In: XLI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Juíz de Fora, 2003. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juíz de Fora. Embrapa Gado de Leite. p. 1-17.

GRANDO, M. Z. **Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990. v. 1. 209p.

GUASSELLI, L. A; FRANTZ, D. S; SUERTEGARAY, D. M. A; DUCATI, J. R; FONTANA, D. C. **Macrozoneamento do Estado do Rio Grande do Sul.** Pesquisas em Geociências, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 3-11, 2006.

GUTIERREZ, E. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** Pelotas. EDUFPEL, 2001. v. 1. 250p.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo. Editora UNESP, 2010. v. 1. 568p.

MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009. v. 1. 152p.

MILHEIRA, R. G. **Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste**. 2008. 204f. Dissertação. (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MONSMA, K; BOSENBECKER, P. **A privatização das funções do Estado, a exploração dos imigrantes e conflitos nas colônias particulares**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Caxambu, 2014. Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS. p. 1-22.

MORIN, E. **O Método I: a natureza da natureza**. Portugal. Europa – América, 1977. v. 2. 355p.

MOREIRA, P. R. S.; AL ALAM, C. C.; PINTO, N. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)**. São Leopoldo. Oikos, 2013. v. 1. 196p.

NEVES, C. C. **A Ocupação Humana no Espaço da Serra dos Tapes: os casos dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas-RS**. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2014.

NOELLI, F. S. **A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas - 1872 - 2000**. Revista USP, São Paulo, v. 44, n.2, p. 218-269, 2000.

PINHEIRO, P. S. **Comunidades Quilombolas na Região das Antigas Charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS**. Cadernos do Lepaarq, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 321-341, 2014.

_____. **Políticas de Identificação: Dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnicas**. 2015. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rural Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. Fundamentos da Cultura Riograndense, Porto Alegre, v.1, n. 31, p. 13-30, 1954.

ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas. Editora da UFPel, 1985. v. 1. 333p.

RUBERT, R. A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, G.F; SANTOS, J.A; CARNEIRO, L.C.C. (Org.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre. EDIPUC/RS, 2009. p. 165-181.

SALAMONI, G. **A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas**. História em Revista, Pelotas, v. 7, p. 25-42, 2001.

SALAMONI, G; WASKIEVICZ, C. A. **Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza**. Revista Tessituras, Pelotas. v. 1, n. 1, p.73-100, 2013.

SCHMITZ, P. I. (ed). Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo. Instituto Anchieta de Pesquisas - UNISINOS, 2ª ed. 2006. p. 31 -63.

SCHNEIDER, M. **Identidades em rede: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAnt), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2015.

SILVA NETO, B; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí. Ed. Unijuí, 2005. v. 1. 307p.

SOARES-FILHO, B. S. **Modelagem da Dinâmica de Paisagem de uma Região de Fronteira de Colonização Amazônica**. Belo Horizonte. Centro de Sensoriamento Remoto, 1998. v. 1. 299p.

STRECK, E.V; KÄMPF, N; DALMOLIN, R.S.D; KLAMPT, E; NASCIMENTO, P.C; SCHNEIDER, P. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. v. 1. 107p.

VERDUM, R; BASSO, L. A; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2004. v. 1. 319p.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, 1979. v. 2. 328p.

ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí. Ed. da UNIJUÍ, 2002. v. 1. 319p.